



GT 5 – Política e Economia da Informação

ISSN 2177-3688

DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO BRASIL

GUIDELINES FOR PREPARING PUBLIC POLICIES FOR PUBLIC LIBRARIES IN BRAZIL

Leda Maria Araújo - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Marília)
Oswaldo Francisco Almeida Júnior - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Marília)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Descreve os resultados de uma pesquisa realizada para elaboração da tese no âmbito da Ciência da Informação. O estudo teve como objetivo geral elaborar diretrizes para construção de políticas públicas para bibliotecas públicas no Brasil por meio da análise de documentos oficiais do Brasil e da Colômbia. Como objetivos específicos propôs-se: Identificar quais políticas para biblioteca pública estão vigentes hoje no Brasil; Comparar documentos governamentais do Brasil e da Colômbia, apontando seus pontos principais; Coletar elementos que possam compor diretrizes para elaboração de política pública para bibliotecas públicas no Brasil. Trata-se de uma pesquisa exploratória, de natureza qualitativa, e adota como métodos a pesquisa bibliográfica e documental. Utiliza a teoria Análise de Conteúdo (AC) de Laurence Bardin. O resultado da pesquisa permitiu identificar elementos que possibilitaram a construção de diretrizes para compor uma política pública efetiva para bibliotecas no país. Conclui-se que a biblioteca pública é uma instituição complexa e essencial à sociedade, porém no Brasil ainda não há uma legislação específica para essa instituição. No que se refere a Colômbia, este país construiu uma estrutura organizacional de trabalho cooperativo e aprovou uma Lei específica para o desenvolvimento da biblioteca pública e esta contribui na busca de soluções para os problemas sociais. As diretrizes são imprescindíveis para fundamentar uma lei que gere transformação e insira a biblioteca pública nas agendas governamentais.

Palavras-chave: biblioteca pública; política pública; Brasil; Colômbia; diretrizes.

Abstract: It describes the results of a research carried out in the graduate program in Information Science at Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. The general objective of the study was to elaborate guidelines for the construction of public policies for public libraries in Brazil through the analysis of official documents from Brazil and Colombia. As specific objectives it was proposed: Identify which public library policies are in force today in Brazil; Compare government documents from Brazil and Colombia, pointing out their main points; Collect elements that can compose guidelines for the elaboration of public policy for public libraries in Brazil. This is an exploratory research, of a qualitative nature, and adopts bibliographical and documental research as methods. Uses Content Analysis (CA) theory by Laurence Bardin. The result of the research allowed identifying elements to elaborate guidelines to compose an effective public policy for libraries in the country. It is concluded that the public library is a complex and essential institution for society, but in Brazil there is still no specific legislation for these institutions. As far as Colombia is concerned, this country built an organizational structure for cooperative work and approved a specific Law for the

development of the public library and these provide solutions to social problems. The guidelines are essential to support a law that generates transformation and inserts the public library into government agendas.

Keywords: public library; public policy; Brazil; Colombia; guidelines.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta de maneira sucinta os resultados de pesquisa vinculada à área da Ciência da Informação. Teve como finalidade elaborar diretrizes para construção de políticas públicas voltadas às bibliotecas públicas brasileiras, considerando a estrutura de bibliotecas públicas do Brasil e da Colômbia. Como objetivos específicos propôs: identificar quais políticas para biblioteca pública estão vigentes no Brasil; comparar documentos governamentais do Brasil e da Colômbia, apontando seus pontos principais; coletar elementos que possam compor diretrizes para elaboração de política pública para bibliotecas públicas no Brasil.

As bibliotecas públicas (BPs) sempre tiveram papel fundamental na sociedade, a princípio com função de guarda, conservação e preservação dos registros do conhecimento. Contudo, ao longo do tempo foram ampliando suas funções e atuações na organização, busca, recuperação, mediação, disseminação e compartilhamento da informação. Além disso, seu papel educativo, social e cultural é essencial para formação do cidadão, para construção da cidadania e para transformação social.

A biblioteca pública (BP) é um equipamento cultural que deveria suprir de forma rápida e proativa as diversas necessidades de informação dos usuários e atuar como um organismo vivo, dinâmico e interativo, contribuindo para a diminuição das desigualdades sociais. No entanto, no Brasil há políticas em prol do livro, da leitura e da literatura e de bibliotecas, mas não são específicas para a biblioteca pública. Esta realidade de falta de política pública nas bibliotecas públicas se apresenta em grande parte dos países da América do Sul, com exceção da Colômbia, que possui uma lei específica direcionada à atuação em rede da BP. Esta Lei foi aprovada em fevereiro de 2010 e é chamada de *Ley de Bibliotecas Públicas* (COLÔMBIA, 2010).

Neste contexto, é essencial que o Brasil possua uma legislação, uma política pública (PP) própria para a BP que garanta seu fortalecimento, recursos financeiros, sua valorização e estrutura na sociedade, como equipamento público para o público. Desta forma, as leis devem ser pautadas em eixos e diretrizes que abrangem de modo geral todos os processos

básicos, formativos, de gestão, organização e de atendimento que ocorrem nas bibliotecas públicas e possibilitam o desenvolvimento humano, seu preparo para a cidadania e acesso à informação e às diversas formas de leitura, manifestações literárias e culturais.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS

O termo política pública vem de política, ciência da governança, que teve sua origem do grego *politiká*, que significa aquilo que é público. De acordo com Secchi (2013, p. 1):

Países de língua latina como Brasil, Espanha, Itália e França encontram dificuldades na distinção de alguns termos essenciais das ciências políticas. Na língua portuguesa, por exemplo, o termo “política” pode assumir duas conotações principais, que as comunidades epistêmicas de países de língua inglesa conseguem diferenciar usando os termos *politics* e *policy*.

O termo *politics* está substanciado no domínio, na manutenção do poder sobre o homem. Já *policy* representa uma dimensão mais concreta e prática em relação à decisão e ação. O termo *public policy* “[...] trata do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões [...]”, com objetivo de atender e solucionar problemas públicos e locais por meio da criação de leis (SECCHI, 2013, p. 1).

Lynn (1980), define políticas públicas “como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos”. Thomas Dye (1984) define política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. (AGUM; RISCADO; MENEZES, 2015).

Teixeira (2002, p. 2), outro pesquisador dessa temática, define políticas públicas da seguinte forma:

[...] são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

Ao longo do tempo o conceito de políticas públicas foi sendo ressignificado, integrando e interligando os mais diversos atores no processo de formulação e tomada de decisões. Neste sentido, as políticas públicas (PBs) estão diretamente relacionadas às formas de gestão, aos atos administrativos, à agenda governamental e à tomada de decisões. É uma área multidimensional, complexa, e exige protagonismo do governo e dos

cidadãos, visto que a PP é construída para sanar os problemas sociais, objetivando o bem comum e melhoria da qualidade de vida da população.

Para Secchi (2013, p. 3), “Uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público”, ou seja, é elaborada com um objetivo, para solução de um ou mais problemas públicos. Assim, essas políticas, conforme Souza (2006, p. 5-6) “[...] após desenhadas e formuladas, se desdobram em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas” institucionais, que buscam atender uma demanda e garantir os direitos dos cidadãos nas diversas esferas sociais.

No que se refere às políticas públicas culturais, de acordo com Canclini (2001, p. 65) são um conjunto de “intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados a fim de [...] satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para [...] transformação social”. Para Botelho (2016, p. 47), “A cultura não é apenas um bem coletivo [...], mas uma produção coletiva com constante incorporação do novo [...] que envolve [...] a produção local [...] e nacional”, a todo cidadão.

Rubim (2011, p. 67) afirma que política pública cultural é “[...] composta por um conjunto de formulações e de ações desenvolvidas ou a serem implantadas [...]” para a produção e difusão de produtos e serviços que propiciem o acesso do cidadão aos bens culturais. Para isso é importante considerar a diversidade de equipamentos e manifestações culturais e as diversas áreas artísticas.

A BP, é um equipamento cultural complexo, seu conceito foi sendo ampliado ao longo do tempo e é função do Estado criar políticas públicas para a área cultural. Brant (2004, p. 45) declara que a “Cultura deve ser encarada como um setor estratégico, de articulações entre as diversas instâncias e pastas governamentais, justamente pelo poder articulador da sociedade que é peculiar ao processo cultural”. O Estado deve trabalhar a cultura como algo diverso e plural, inserindo as BPs na agenda governamental, legitimando-as e fortalecendo-as.

3 BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO BRASIL E NA COLÔMBIA

Escrever a respeito da BP é uma tarefa ampla, visto que a história desta instituição é marcada por crises e desafios. Por muito tempo atendeu somente uma pequena porcentagem da população, a classe elitizada. No entanto, ao longo do tempo, novos

paradigmas foram se impondo à sociedade de forma progressiva e assim mudando e ampliando o papel social, cultural, educacional e informacional da BP.

Embora a BP seja um dos equipamentos culturais mais antigos da história da humanidade e fundamental para inserir os cidadãos nas práticas sociais, levando-os ao mercado de trabalho e ao exercício da cidadania ainda hoje sobrevive de forma precária.

No Brasil, o século XX foi marcado por esforços empreendidos na criação de bibliotecas públicas. Contudo, apesar de existir legislações para livro, leitura, literatura, ainda hoje as BPs estão longe de serem prioridades nas decisões políticas e ter função estratégica para formação de leitores, disseminação e compartilhamento da informação a toda a sociedade. Apesar de se constituir como bem social, a BP ainda carece de sensibilidade das autoridades e ainda está em fase de reestruturação e reinvenção.

Suaiden (2018) revela uma grande diferença entre as bibliotecas públicas da Europa, principalmente dos Países Baixos e dos Estados Unidos da América do Norte quando comparadas às bibliotecas da América Latina e dos países africanos. A diferença é que “[...] nos países desenvolvidos não há necessidade de conscientizar as autoridades sobre a importância do papel da biblioteca pública para a sociedade.” (SUAIDEN, 2018, p. 144), pois lá isto já é consenso. Todavia, nos países em desenvolvimento o trabalho de conscientização é constante e muitas vezes em vão. “Comprova-se isso quando se verifica que na maioria desses países a biblioteca não faz parte da agenda governamental”, como é o caso do Brasil, que pouco avançou no quesito BP. (SUAIDEN, 2018, p. 144).

A BP é um centro de informação que contribui para reduzir e diminuir as desigualdades, promover o acesso do cidadão à informação, aos bens culturais e formar leitores críticos e reflexivos. É um lugar de pesquisas, de memória, de produção, fruição e disseminação da cultura, de inovação em programas e projetos que contribua com a melhoria da qualidade de vida da população. Para Valentim (2017, p. 23), a BP, “[...] é um importante aparelho cultural que deve ser fomentado, apoiado e subsidiado por políticas públicas fortes que a fortaleçam”, como é o caso da Colômbia.

Em 2010, a Ministra da Cultura da Colômbia aprovou por meio da Lei nº 1379, uma legislação específica para a BP no país, com o seguinte lema “Quando se abre uma biblioteca, encerra-se um cárcere”. A Colômbia é o primeiro e único país da América do Sul a ter uma legislação própria específica para a BP, tendo este equipamento como um ambiente de garantia de direitos do indivíduo. Apesar de inúmeros problemas sociais,

violência, criminalidade e desigualdade social, o país buscou dialogar com os diversos atores da área para fortalecer e priorizar investimentos para o desenvolvimento da BP. (TOLOSA, 2012).

O país transformou as BPs em um complexo cultural, com atividades literárias, educativas e artísticas incluindo e atendendo crianças, adolescentes e adultos colombianos, principalmente os mais desfavorecidos socialmente. A BP é conhecida na Colômbia como um ambiente democrático para uso e desenvolvimento cognitivo, social, emocional, criativo e crítico das comunidades, promovendo a leitura, a escrita e garantindo o acesso à informação e as expressões culturais e assim construir uma nova sociedade, sem criminalização, sem violência e sem preconceito. (TOLOSA, 2012).

O poder público na Colômbia investe na criação de BPs e programas para que estas instituições possuam uma estrutura que permita a inclusão social, a diminuição dos problemas sociais como desigualdades, violência e conflitos internos relacionados ao narcotráfico. O objetivo é mudar a realidade social, contribuir para o desenvolvimento do país por meio das bibliotecas públicas, do livro, da leitura.

Atualmente a maioria das bibliotecas na Colômbia, contam com diversos serviços, dentre eles: de orientação ao usuário, extensão cultural artística e literária, videoteca, hemeroteca, conectividade, cafeteria, hora do conto para as crianças, clube do livro para adultos, café literário e espaço de convivência. (VASCO; RODRIGUEZ, 2021)

Neste sentido, é importante ressaltar que o Brasil necessita de uma política pública como há na Colômbia, que gere transformação social e insira a BP nas metas do governo e que esta atue objetivando o bem-estar coletivo por meio da democratização do acesso à informação, ao livro, a leitura, a literatura e aos bens culturais.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir os objetivos propostos, esta pesquisa caracteriza-se como exploratória, bibliográfica e documental, de natureza qualitativa. De acordo com Gil (2008, p. 46), as pesquisas desse cunho:

[...] têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores [...]. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental [...].

Nesta perspectiva, almejava-se compreender e analisar publicações e documentos a respeito das políticas para bibliotecas públicas em dois cenários distintos, Brasil e Colômbia. Ela visou “[...] buscar informações fidedignas para explicar em profundidade o significado e as características de cada contexto em que se encontra o objeto de pesquisa” (OLIVEIRA, 2007, p. 60), analisar suas relações e assim realizar as construções necessárias.

Quanto aos procedimentos executados para a coleta de dados utilizou-se da pesquisa bibliográfica e documental, pois permite o contato direto com os dados, e propicia melhor compreensão das experiências vivenciadas pelos dois países. Na pesquisa qualitativa, conforme Michel:

[...] a verdade não se comprova numérica ou estatisticamente, mas convence na forma da experimentação empírica, a partir de análise feita de forma detalhada, abrangente, consistente e coerente, assim como na argumentação lógica das ideias, pois os fatos em ciências sociais são significados sociais, e sua interpretação não pode ficar reduzida a quantificações frias e descontextualizadas da realidade. (MICHEL, 2009, p. 37)

Nesse sentido, este tipo de pesquisa possibilita reflexões acerca de acontecimentos sociais não quantitativos. Assim deve-se correlacionar e analisar os dados de maneira que permita sua compreensão sem interferência e sem manipulação do pesquisador.

Quanto aos métodos utilizados para análise dos dados, utilizou-se a Análise de Conteúdo de Laurence Bardin. Esta é uma pesquisa de campo minuciosa que explica uma realidade concreta, e após coletadas, todas as informações foram analisadas pela teoria científica de Bardin. Portanto, foi realizada a descrição, explicitação e análise crítica do conteúdo coletado, por meio da sistematização dos resultados.

Quanto às técnicas de coletas de dados, foi realizado levantamento bibliográfico em bases de dados como: Bases de Dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI); Plataforma de Pesquisa EBSCOhost (EBSCO), SCIELO Brasil e no portal da *Web Of Sciece* (CAPES).

A busca foi realizada por meio de palavras-chave com termos compostos como: bibliotecas públicas e políticas públicas na América do Sul, biblioteca pública no Brasil; política pública no Brasil; biblioteca pública na Colômbia, política pública na Colômbia, redes de bibliotecas no Brasil, redes de bibliotecas na Colômbia. Os termos compostos foram definidos por apresentarem melhores resultados. Estas palavras-chave foram empregadas em diversos campos de pesquisa, como: Assunto, Título e Resumo.

Durante as buscas foram verificados textos iguais em duas ou mais bases de dados, os quais foram excluídos, permanecendo apenas em uma. Dessa forma, foram identificados 47 artigos na Base de Dados BRAPCI; 29 entre teses de dissertações na BDTD; 07 artigos na EBSCO; 06 artigos na Scielo, e 01 documento na *Web of Science*.

Além disso, pesquisou-se no site institucional de cada país, selecionando documentos oficiais a respeito do objeto de pesquisa (leis, programas e projetos de BP). Neste sentido, foram coletados documentos oficiais de políticas públicas nacionais, bem como outros documentos que estabeleçam parâmetros de políticas públicas para a atuação das bibliotecas públicas no Brasil e na Colômbia.

Todos os dados obtidos foram lidos, comparados e analisados para melhor compreensão, valendo-se da literatura e conceitos da Ciência da Informação sobre o assunto enfocado que fundamentou a elaboração das diretrizes para uma política para biblioteca pública no Brasil.

5 RESULTADOS

A construção de políticas públicas está intimamente ligada às demandas da sociedade. Trata-se da busca de soluções para problemas públicos. No entanto, enquanto esse problema não se torna público poucos se dão conta da necessidade de buscar caminhos para solucioná-lo (SIQUEIRA; MACHADO; LUCK, 2019, p. 360).

A percepção coletiva das demandas na sociedade é condição fundamental para que entrem na agenda governamental. Neste contexto, é necessário reconhecer a importância e necessidade da institucionalização de políticas públicas para as bibliotecas públicas, ou seja, incluir as bibliotecas nas ações governamentais.

Entre os atores, o poder público é o agente principal para implementar políticas públicas que assegure ao cidadão o acesso a todo tipo de informação. Neste sentido, são necessárias diretrizes básicas para propor PP, por meio de um projeto de Lei para as bibliotecas públicas e que esta legislação possa contribuir com as esferas governamentais e ser o alicerce para a estruturação e bom funcionamento da BP no Brasil.

A seguir elaborou-se a figura 1 para demonstrar as diretrizes a serem utilizadas para o processo de elaboração de uma política pública específica para biblioteca pública.

Figura 1 - Diretrizes para elaboração de políticas públicas para bibliotecas públicas



Fonte: Elaborado pela autora, resultado da pesquisa.

Ao conceber, elaborar e assumir um compromisso com uma política pública para universalização da BP, o governo evidencia a necessidade de os gestores governamentais **conhecerem os conceitos** desta instituição, bem como sua importância para a sociedade. A BP é uma instituição indispensável para formação de uma sociedade humana, sólida e para assegurar a democratização do acesso à informação na contemporaneidade por meio de serviços e produtos imprescindíveis aos usuários nos formatos físicos e digitais.

Sua função é ampla e multifuncional, pois na BP ocorrem debates, diálogos, interações, descobertas, construções, conexões com os diversos agentes sociais, inter-relações entre os próprios setores que compõem a instituição. Além disso, preservam, selecionam, organizam, tratam, medeiam, disseminam e compartilham informação aos leitores. Neste sentido, o Estado, responsável pela formulação das políticas públicas deve reconhecer a importância da BP, o impacto de seus serviços para a sociedade a curto, médio e longo prazo. Isto vai ao encontro do que afirma Kettl (2005, p. 98) quando afirma que o aparelho público estatal deve buscar conhecer seus órgãos, práticas e funcionalidades, bem como “[...] técnicas mais modernas e eficientes de gestão, capazes de proporcionar melhorias na provisão de serviços públicos à sociedade [...]” e assim formular políticas que valorize e institucionalize a BP.

A institucionalidade da BP, assim como outros órgãos da administração pública deve ocorrer por meio de legislações para propiciar a evolução destas entidades e desse modo proporcionar elementos que visem planejamento, planos de ação, normas e recursos para estas organizações.

O sucesso e a evolução da BP só serão possíveis com avanços nos princípios legais de uma gestão pública, assim como adoção de políticas, normas e mecanismos permanentes que garantam uma administração responsável, que a valorize enquanto equipamento cultural plural. Desse modo, a institucionalização da BP, além de ressignificar sua atuação, influenciará seus valores nas práticas culturais, no comportamento e rotina dos projetos, estabelecerá padrões que irão garantir um atendimento com qualidade a toda população. Desse modo, implicará na melhora da sua estrutura física, organizacional, serviços e desempenho por meio de investimento em recursos materiais, humanos e financeiros. De acordo com Machado (2010, p. 95) “Em sua maioria, as bibliotecas públicas brasileiras não possuem recursos suficientes para se manter, para atualizar seus acervos, investir em tecnologia e muito menos na formação e qualificação de suas equipes [...]” e em suas instalações físicas.

No que se refere aos recursos materiais, equipamentos e mobiliários, estes são necessidades básicas para viabilizar serviços de informação, integração cultural e social dos leitores. As TIC's propiciam interação entre os leitores e modificam a forma de apropriação do conhecimento; estas ferramentas conduzirão a leitura, releitura, num processo de buscas repletas de construção de significados. As redes sociais, os blogs, canais do youtube são possibilidades de disseminar e compartilhar informação em tempo real e são ferramentas muito utilizadas na contemporaneidade por meio de aparelhos como: os *tablets*, *smartphones*, *kindle* entre outros que permitem o acesso à informação instantaneamente. De acordo com Valentim (2017, p. 31):

Os avanços das telecomunicações, dos dispositivos informáticos portáteis, das interfaces por voz, tato e imagem, e dos sistemas integrados são uma realidade. Dessa maneira, a biblioteca contemporânea passou a desenvolver produtos e serviços informacionais nesse novo modelo tecnológico. Assim, várias atividades bibliotecárias têm se alterado, no intuito de atender às novas demandas da sociedade.

Para isso, é necessário investimento para implantação desta infraestrutura que a maioria das bibliotecas públicas ainda não possuem. Assim sendo, é necessário atualizar e inovar os serviços, com a apropriação e uso das novas mídias e tecnologias. Dessa forma, a

BP além de ser acolhedora, atrativa, deve possuir mobiliários e equipamentos modernos que motiva os cidadãos a fazer uso deste espaço e de seus produtos e serviços. O uso do Catálogo de acesso público on-line (OPAC), pelos usuários, é uma forma de agilizar a recuperação e acesso à informação, tornando a interação entre leitor e informação mais rápida. A informação permite conhecer a realidade social, competir no mercado de trabalho e propiciar o bem-estar ao cidadão. Desta forma, de acordo com Marcial (2016, p. 43) “[...] a inovação surge como elemento decisivo na gestão da biblioteca e deve ser entendida como fator de sobrevivência”. É a evolução das práticas cotidianas da BP.

Neste contexto de inovação e do uso das TIC’s no cotidiano da BP, a capacitação contínua da equipe se torna fundamental, pois exige a necessidade de aperfeiçoamento e domínio de novas ferramentas de trabalho. A atual sociedade exige dos profissionais um conjunto de habilidades e competências que possibilite desenvolver novos métodos e técnicas, bem como sua atualização para utilização de tecnologias e plataformas virtuais para melhor atender as necessidades dos cidadãos.

Importante ressaltar que, além da importância da capacitação contínua da equipe, ter recursos humanos com cargos diversificados e em quantidades suficientes é fundamental para que a instituição atinja seus objetivos. A BP é setorizada e suas atividades vão desde gestão, supervisão, elaboração e sistematização de programas, captação de recursos, atendimento ao público, seleção, organização, tratamento da informação, mediação, disseminação da informação e compartilhamento da informação. Além das funções mencionadas, o profissional da informação também tem a função social e política de articular, negociar, apresentar demandas da BP para as instâncias governamentais, conselhos e organizações da área na qual está inserida.

Os recursos financeiros são sempre limitados, assim esta é uma das diretrizes prioritárias para a elaboração da política pública. O orçamento da BP determinará as prioridades, melhoria nas instalações, expansão das ações e programas de acesso ao livro, à leitura e a literatura, aquisição de equipamentos e mobiliários adequados. A BP deve ter garantido por meio de lei, recursos orçamentários para manutenção e aperfeiçoamento de seus serviços. Para isso os profissionais da informação devem possuir uma visão gerencial, pensamento estratégico para engendrar articulações políticas com instituições e órgãos de outras esferas governamentais e poderes, sejam eles executivo, legislativo e judiciário. Este

diálogo e o papel político do profissional da informação, são essenciais para o desenvolvimento institucional e para implementação de PP para a BP.

Outra diretriz a ser considerada na elaboração de uma política pública é a criação de uma equipe específica para atuar no desenvolvimento de programas e projetos literários, informativos e culturais, com novos serviços e produtos à comunidade. As bibliotecas públicas ao proporcionar acesso a programas e ações culturais, literárias e informativas, seja no formato presencial ou por meio das plataformas digitais e redes sociais, oferecem oportunidades de aprendizagem, desenvolvimento individual e preparam o cidadão para atuar com responsabilidade na construção da democracia. Desta forma, é essencial uma equipe preparada para tomadas de decisões focada em pontos como: melhoria do atendimento ao usuário; inclusão sociocultural; acolhimento e diálogo com o leitor; democratização do acesso a BP e assim promover a cultura participativa de construir juntos.

No que se refere à circulação de livros e as possibilidades de acesso à informação, ressalta-se que envolve planejamento e a necessidade de um acervo diversificado e atualizado. De acordo com Milanesi (2013, p. 62), na maioria das bibliotecas públicas:

[...] a precariedade do acervo é crônica. O público tem interesse diversificado e não há correspondência entre esse desejo e as obras disponíveis. Quanto maior for a heterogeneidade do público, maior será a dificuldade de formação de acervo. As cidades, mesmo as menores, mostram uma diversidade sociocultural complexa. Nelas habitam classes sociais diferentes, grupos com escolaridade diversa, interesses múltiplos que se multiplicam pelas faixas etárias.

A composição do acervo é um elemento importante que deve ser considerado no cotidiano da BP, pois deve ser constituído por todas as áreas do conhecimento e atender públicos de todas as idades e diferentes demandas informacionais.

No que se refere a preservação do patrimônio bibliográfico local, essa não é uma discussão nova e é um dos serviços mais tradicionais em uma BP ou seja, o armazenamento, guarda e conservação da produção bibliográfica local. Isto reflete na preservação da memória, dos registros do conhecimento do passado e contribuem para compreensão e entendimento de muitos elementos presentes hoje na sociedade.

A BP deve ser acessível e garantir que as pessoas com deficiências tenham acesso ao livro, à leitura e à informação (Libras, Braille, livros digitais, áudio livros). Para isso, as instalações físicas (rampas, banheiros e balcões de atendimento) devem estar adaptados

para atender a todos os cidadãos em suas necessidades informacionais. A BP deve ser acessível e inclusiva.

No que se refere aos indicadores de avaliação para elaboração de uma política pública, dá-se, a avaliação por meio do acompanhamento contínuo e indicadores de verificação da atuação da BP junto aos cidadãos. Os indicadores são: Participação da comunidade junto às atividades promovidas pela BP; Atuação efetiva dos profissionais da informação nos programas e projetos desenvolvidos pela BP; Usuários de todas as idades frequentando a biblioteca com regularidade; Público demonstrando preferências por autores, gêneros literários ou informação utilitária; Criatividade dos leitores durante as ações e oficinas de produção literária, artística e textual. Os meios de verificação dos indicadores podem ser: Observação dos interesses dos leitores por determinados assuntos; Verificação de registros escritos e fotográficos dos profissionais que desenvolvem as atividades; Acompanhamento estatístico. Estes indicadores são fundamentais para apresentar ao governo dados quantitativos e qualitativos a respeito da BP e seu impacto na sociedade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do levantamento bibliográfico e análise dos dados, foi possível observar que as bibliotecas públicas na maioria nos países da América do Sul possuem dificuldades para manter sua estrutura e evoluir na contemporaneidade. No entanto, a Colômbia merece destaque por reconfigurar o papel da BP no país, por regulamentar seu funcionamento para seu desenvolvimento e por meio dela formar leitores críticos, democratizar o acesso à informação e também atuar na inclusão social, no exercício da cidadania e no combate a violência.

O governo colombiano considera a BP como instituição de desenvolvimento humano e social, um equipamento de transformação que melhora a qualidade de vida dos cidadãos e por isso, investe nela por meio de uma Lei específica para a BP, reconhecendo seu papel e sua importância neste século XXI.

No Brasil, ainda não há uma legislação específica para a BP e esta instituição sobrevive de forma precária, falta recursos financeiros, humanos e equipamentos tecnológicos. É necessário reverter esta realidade e apresentar soluções para o desenvolvimento da BP no país. Importante evidenciar que é imprescindível uma lei

específica para a BP, que gere transformação na estrutura e funcionamento da BP e insira-a na agenda governamental.

A pesquisa atingiu seus objetivos e foi possível elaborar as diretrizes para construção de políticas voltadas às BPs brasileiras. De acordo com os objetivos específicos apresentados na pesquisa, estes também foram alcançados, primeiramente, quando se identificou no levantamento a seleção dos documentos, quais eram as políticas para BP vigentes hoje no Brasil. Após as buscas dos documentos, foi possível na análise dos dados, comparar os documentos governamentais do Brasil e da Colômbia, apontando seus pontos principais e a partir destes, coletar elementos para compor diretrizes para elaboração de políticas públicas para bibliotecas públicas no Brasil.

Espera-se que estas diretrizes contribuam para elaboração de políticas públicas para a BP que garanta seu desenvolvimento, inovação e que amplie as possibilidades de desenvolvimento humano, social e cultural por meio do desenvolvimento de programas e projetos culturais e literários com serviços e produtos que atendam às necessidades da população. Espera-se também que esta pesquisa instigue novos estudos na CI acerca da temática.

REFERÊNCIAS

AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. Políticas públicas: conceitos e análise em revisão. **Revista Agenda Política**, São Carlos, v. 3, n. 2, p. 12-42, jul./dez. 2015.

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da Cultura**: políticas culturais e seus desafios. São Paulo: Sesc, 2016.

BRANT, Leonardo. **Mercado cultural**: panorama crítico e guia prático para gestão e captação de recursos. São Paulo: Escrituras Editora; Instituto Pensarte, 2004.

CANCLINI, Nestor García. **Definiciones en transición**. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

COLÔMBIA. **Ley de bibliotecas públicas**: uma guía de fácil comprensión. Bogotá: 219 Ministério da Cultura, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

KETTL, Donald. A revolução global: reforma da administração do setor público. In: BRESSER PEREIRA, Luiz. Carlos; SPINK, Peter Kevin. **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 75-122.

MACHADO, Elisa Campos. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. **INCID: Revista Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 94-110, 2010.

MARCIAL, Viviana Fernandez. Inovação em bibliotecas. In: RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves (org.). **Biblioteca do século XXI: desafios e perspectivas**. Brasília: Ipea, 2016. p. 43-60.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MILANESI, Luís. Biblioteca pública: do século XIX para o XXI. **Revista USP**, São Paulo, n. 97, p. 59-70, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/61685/64574>. Acesso em: 14 mar. 2022.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007

RUBIM, Albino Canelas. **Cultura e políticas culturais**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2011.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Ed. Cengage Learning, 2013.

SIQUEIRA, Bianca Lopes; MACHADO, Elisa Campos; LUCK, Esther Hermes. O papel do sistema nacional de bibliotecas públicas a construção de políticas públicas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 358-387, maio/ago. 2019.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SUAIDEN, Emir José. O papel da biblioteca pública na reconstrução da verdade. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 47, n. 2, 2018. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4285>. Acesso em: 15 jan. 2020.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Revista AATR**, [S. l.], 2002. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/57253448/03-Aatr-Pp-Papel-PoliticassPublicas>. Acesso em: 21 jun. 2021.

TOLOSA, Luis Roberto Téllez. Breve história de las bibliotecas públicas em 227 Colômbia. **Revista Códices**, v. 8, n. 1, p. 57-86, ene./junio, 2012.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. O perfil das bibliotecas contemporâneas. In: LEMOS, Anna Carolina Mendonça; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves (org.). **Biblioteca do século XXI: desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2017. p. 19-42.

VASCO, Irene; RODRIGUEZ, Gloria Maria. **La biblioteca pública que queremos**. Bogotá, BIBLIORED, 2021.

